

Outubro
de 2022

114

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



AS VOZES E A VIDA
DA HUMANIDADE
FUTURA

PEQUENOS DIÁLOGOS
SOBRE A INFÂNCIA

ESCOLAS RURAIS
EM PERIGO DE
PULVERIZAÇÕES

Número 114 outubro de 2022

Biodiversidad, sustento y culturas es una publicación trimestral de la **Alianza Biodiversidad** orientada a informar y debatir sobre la diversidad biológica y cultural para el sustento de las comunidades y culturas locales. El uso y conservación de la biodiversidad, el impacto de las nuevas biotecnologías, patentes y políticas públicas son parte de nuestra cobertura. Incluye experiencias y propuestas en América Latina, y busca ser un vínculo entre quienes trabajan por la gestión popular de la biodiversidad, la diversidad cultural y el autogobierno, especialmente las comunidades locales: mujeres y hombres indígenas y afroamericanos, campesinos, pescadores y pequeños productores.

Organizaciones coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accioneologica.org
Acción por la Biodiversidad
info@biodiversidadla.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
larissa@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comité Editorial

Lucía Vicente, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colombia
Germán Vélez, Colombia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Ecuador
Ma. Fernanda Vallejo, Ecuador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguay
Martín Drago, Uruguay

Administración

Acción por la Biodiversidad
info@biodiversidadla.org

Edición

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Diseño y diagramación

Sebastián D'Amen
sebastian_damen@hotmail.com

EDITORIAL:**As vozes e a vida da humanidade futura**

Verónica Villa (Grupo ETC) 3

Eliminem as chamadas de segurança e acendam a vida

Liberth Jurado e Denisse Nuñez. Compilação: Alexandra Almeida 6

Aldea Avatí: uma experiência popular para a volta ao campo

Julian Ariza Arias* 9

Escolas rurais sob risco de pulverizações

Marielle Palau 12

Um neoliberalismo venenoso: a crise por agrotóxicos na Costa Rica

Red de Coordinación en Biodiversidad 15

Pequenos diálogos sobre a infância

Colectivo por la Autonomía 18

As fotos desta edição mostram os enclaves onde as infâncias e as juventudes são preponderantes, apesar de ameaçadas por devastações ou alimentadas por autogestões de variada fonte. A maioria das fotos vem de Zapotlán, Jalisco e são de Santiago Villalobos Villalobos, formado em Ciências da Comunicação e mestre em Filosofia e Ciências Sociais pelo ITESO. Desde 2011 dedica sua vida profissional à realização de projetos audiovisuais de cunho social e ambiental. As fotos do Uruguai são de Amelia Collins (Amigos da Terra Internacional) e Edgardo Mattioli (Radio Mundo Real). As aquarelas de árvores são de Paola Stefani dentro do projeto como protesto contra o avanço e invasão do Mal Denominado Trem Maia em Yucatán, México. As fotos da selva equatorial foram tiradas em 2014 por María Rivasés. As fotos das meninas protestando contra as chamadas de segurança são de Alex Naranjo.

Agradecemos o apoio da HEKS e da Swift Foundation. Agradecemos sempre ao Carlos Vicente pela sementeira.

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.

EDITORIAL

A violência irrompe como uma onda interminável e perturba cada vez mais o cotidiano, a paz e a tranquilidade que vêm de uma conversa, do que se chamamos de convivência.

Assim, aqui na foto de capa, onde a tranquilidade se transmite entre esta senhora e esta criança que respiram sua humanidade até nós, para nos dizer: tudo pode transcorrer sem problemas.

A foto vem de lugares atravessados por conflitos, mas que também são espaços de propostas autogestionárias para reviver a prática agrícola com cultivos camponeses, sementes nativas e agroecologia. Ali onde há crítica ao uso de agrotóxicos, a convicção de que tudo poderia ser diferente desde que nos deixem em paz e haja um horizonte para a nossa infância.

Hoje a infância já não autogestiona a infância como antes, quando podia vagar por prados e florestas, lagoas ou riachos, pelas montanhas no caminho de volta ou de ida para os afazeres da casa. Quando se atravessava o bairro onde se podia brincar na rua, onde a segurança era uma questão política resolvida pela convivência e pelas boas relações entre as famílias, os ambientes comunitários, as festas e encontros. Onde as conversas ou os contatos entre meninas, meninos e pessoas adultas, jovens incluídas e incluídos, não envolviam as inquietudes de agora.

Era um mundo construído com base na confiança, e a incerteza dificilmente estava tingida de medo. Acidentes e até desastres podiam acontecer, mas o medo não era a moeda de troca. Nessa infância autogestionada onde meninas e meninos se organizavam dissociados de suas famílias, havia princípios de responsabilidade que eram possíveis porque o tecido social não só os permitia, mas também cuidava deles. E cuidava deles porque era possível fazê-lo.

O que mudou no mundo de hoje é que a inquietude se estabeleceu na teia social. Em muitas comunidades, as grilagens de terras são repentinas e as pessoas têm que abandonar suas vidas, não a terra. E se mudar para cidades ou campos de trabalho. E os menores também mudam de vida, se tiverem sorte vão continuar na escola, mas talvez tenham que começar a trabalhar em termos que não esperavam.

De acordo com um relatório recente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O número de crianças que trabalham chega atualmente a 160 milhões em todo o mundo, após um aumento de 8,4 milhões nos últimos quatro anos, e vários milhões de crianças a mais estão em risco devido aos efeitos da Covid-19.

O relatório destaca um aumento substancial no número de crianças de 5 a 11 anos trabalhando, representando agora pouco mais da metade de todos os casos de trabalho infantil em todo o mundo. O número de crianças entre 5 e 17 anos que realizam trabalhos perigosos, entendido como qualquer trabalho que possa prejudicar sua saúde, segurança ou moral, aumentou em 6,5 milhões desde 2016, chegando a 79 milhões.

Nesse mesmo relatório, estima-se que 8,2 milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalham na América Latina e no Caribe. A maioria dessas crianças são meninos adolescentes e 33% são meninas. O trabalho infantil está presente tanto na área rural quanto na urbana, sendo que 48,7% estão no setor agrícola. Pouco menos de 50% dos que participam do trabalho infantil o fazem em trabalho familiar.

Isso significa simplesmente que a ideia de infância se tornou confusa para muitas sociedades. E claro, a história do trabalho infantil não poderia ignorar o fato de que as crianças

trabalham em condições deploráveis desde a Idade Média, pelo menos, mas o que está acontecendo hoje é uma normalização e um crescimento enorme dessa população infantil que não tem infância.

A ecologia política pode nos dizer mais coisas a respeito da degradação das condições para uma infância saudável.

Falamos sobre a contaminação da água e do ar. Da contiguidade das estruturas perigosas e contaminadoras com o ambiente que poderia ser um espaço de segurança e vida saudável para meninas e meninos, incluindo as escolas, e áreas de recreação e jogos. Estamos falando da inquietude devido à insegurança, e do ataque à integridade plena das pessoas, que também aumentou desproporcionalmente.

A condição de pandemia no mundo, na verdade, nos alertou para a existência de um colapso em vários processos macro que já não coincidem mais entre si, como qualidade do ar, o CO₂ na atmosfera, os índices extremos de poluição das águas. Além disso, assistimos a um processo geral de degradação das condições da vida.

Segundo alguns relatórios, há uma diminuição radical nessas condições de vida pela “contaminação geral do ar e pelos danos aos sistemas de polinização que são cruciais para a reprodução de espécies utilizadas pelas pessoas, e ao impacto de catástrofes ambientais como inundações e incêndios florestais”. Estes dois últimos aspectos, que poderiam ser considerados “desastres naturais”, na verdade sempre trazem implícita uma trama de irresponsabilidades, interesses obscuros, corrupção e desprezo que levam a declarar que não existem desastres naturais. Isto foi concluído pelo Tribunal “Tempo de Desastres” que se reuniu em Quito, Equador, em 18 de outubro deste ano, quando escreveu em seu parecer final:

Num mundo que enfrenta uma crise climática e ambiental, e uma deterioração sem precedentes da natureza, os desastres têm aumentado dramaticamente e, ao serem chamados de ‘desastres naturais’, ocultam ações e omissões dos Estados, bem como a responsabilidade das empresas. Os desastres são o resultado da interação entre a degradação ambiental [que também foi provocada pela ação das empresas], as condições de marginalização das populações (e outros eventos, naturais ou não) que os desencadeiam. Seus impactos são diferenciados de acordo com a classe social, o gênero, as condições de vida e a etnia a que pertencem as sociedades por eles afetadas.

Se essas condições afetam seriamente as populações, elas afetam muito mais as meninas e os meninos que as sofrem, porque os efeitos são multidimensionais e raramente são facilmente demonstrados. De acordo com a Unicef, novamente.

Secas e padrões variáveis de chuva em todo o mundo estão causando quebra de safra e elevando os preços dos alimentos, o que significa insegurança alimentar e privação nutricional para os pobres, que podem ter repercussões ao longo da vida. Também podem destruir os meios de subsistência, alimentar a migração e o conflito, e tirar oportunidades para crianças e jovens.

As crianças são as pessoas mais vulneráveis às doenças que mais se espalharão como resultado das mudanças climáticas; por exemplo, malária e dengue. Quase 90% da carga de doenças atribuíveis às mudanças climáticas recai sobre crianças menores de 5 anos de idade.

Tudo o que pudermos fazer para reparar os estragos causados pela multidimensionalidade das crises que assolam nossos territórios e das que querem culpar genericamente a um “antropoceno” abstrato, teremos que fazê-lo em prol de um futuro que vai crescendo em nossas casas, nossos pátios, nossos campos. Esse futuro, nossas meninas e meninos, são plantados na terra e pedem a palavra. Agora são eles que começam a fazer propostas para abrir o caminho entre as lacunas da incerteza. Sua força nos surpreenderá, em seu olhar caminha a vida. 🌱



Grupos de mulheres, meninas e jovens que protestam e desafiam as chamadas de segurança nos territórios amazônicos do Equador. Foto: Alex Naranjo

AS VOZES E A VIDA DA HUMANIDADE FUTURA

Verónica Villa (Grupo ETC)

Para as corporações, seus empresários e governos aliados, o futuro continua sendo uma colônia, o lugar que saqueiam e no qual podem ser jogadas florestas queimadas, oceanos cheios de plástico, ares negros de fumaça industrial. O futuro é um lugar desabitado que é tratado como depósito de lixo ou depósito de resíduos.

Embora desde a década de 1990 se fale em responsabilidade para com as gerações futuras, e nisso se baseia o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” da ONU, a velocidade com que se perdem florestas, a insistência no desperdício de energia e a voracidade das indústrias mineradoras en-

terraram todas as boas intenções das Nações Unidas em discutir o desenvolvimento levando em conta verdadeiramente as vozes jovens e das gerações futuras.¹

Diante da destruição ambiental, “a maioria das pessoas que se manifesta no mundo provavelmente são jovens, especialmente mulheres, na Ásia, América Latina e em outros lugares. A geração que hoje tem 15 anos é uma geração que decidiu sair às ruas para

protestar, não só pela questão climática. Nunca foi tão verdadeira hoje aquela velha frase que aprendi quando era jovem” — diz Silvia Ribeiro, do Grupo ETC —, “que dizia que tudo o que temos não é nosso, mas emprestado de nossos filhos. É o que fazem os povos Wixárika: quando eles se vão, eles têm que colocar tudo no seu devido lugar. Neste momento, o que está acontecendo é uma espécie de ataque global brutal contra todas as gerações futuras, porque tudo o que está sendo feito é destruir a base de sobrevivência dessas gerações”.²

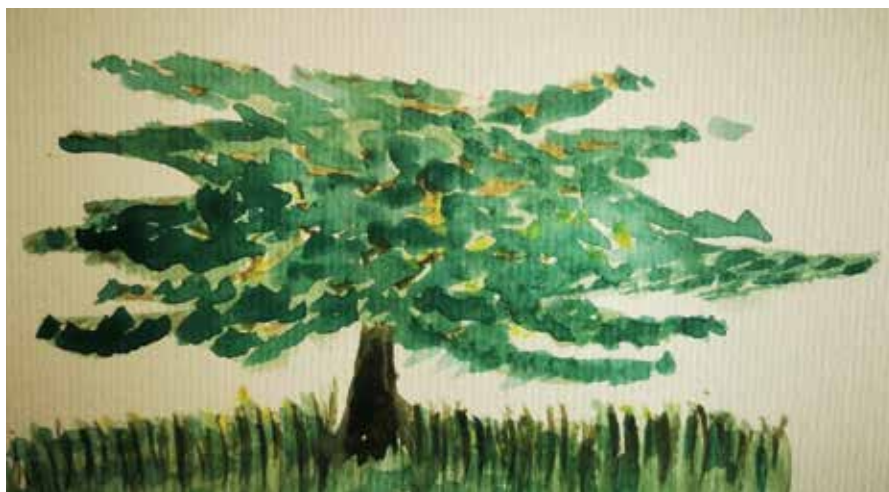
1 “Desarrollo Sostenible”, 65ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em <https://www.un.org/es/ga/president/65/issues/sustdev.shtml>, acessado em 15 de fevereiro de 2022.

2 Silvia Ribeiro, entrevista à revista de filosofia *Piezas*, número 34, de julho de 2022.

Diante da desesperança para o futuro, surgem propostas para redefinir o que esperamos da vida e fazer justiça para quem ainda não nasceu. Que aqueles que ainda não estão na carne, ou em folhas e troncos, escamas e pétalas, bicos e troncos, falem e façam suas propostas para a existência que terão, para que possamos invocá-los em vez de herdarmos um desastre.

No Japão existe um grupo chamado “designers do futuro”. Eles congregam os habitantes das cidades pequenas para fazer planos para os lugares onde vivem. Metade do grupo é informada de que são habitantes do presente. A outra metade é convidada a se imaginar como habitantes do ano 2060. Instintiva e aguerridamente, os habitantes de 2060 fazem propostas como se já estivessem vivendo no futuro e enfrentando problemas de urbanização desenfreada, falta de água, destruição do meio ambiente. As propostas resultantes desses exercícios estão se tornando insumos para petições formais perante os legisladores. Nestes exercícios de “papel”, os habitantes do futuro já nomeiam porta-vozes para salvar e projetar as propostas dos habitantes do futuro.³

Alguns povos originários dos Estados Unidos, quando planejam sua vida em comum, ou quando podem influenciar nas políticas públicas, aplicam o “princípio da sétima geração”, ou seja, cada decisão sobre energia, água e natureza, ou sobre as relações entre os povos e com suas autoridades, deve garantir que as pessoas das sete gerações subsequentes, que viverão no futuro



Acuarela: Paola Stefani

Diante da destruição ambiental, “a maioria das pessoas que se manifesta no mundo são possivelmente as e os jovens, especialmente mulheres, na Ásia, América Latina e outros lugares

em cerca de 140 anos, não sofram pelo que é decidido hoje.⁴

Em 2019, adolescentes de toda a Europa começaram a pressionar seus pais e avós para dar-lhes o seu voto nas eleições para o Parlamento Europeu. Ou seja, que os adultos votassem naquilo que os jovens e as crianças lhes propusessem. A hashtag #givethe-kidsyourvote viralizou nas redes sociais e a campanha chegou até a Austrália. Muitas famílias narram como tiveram longas discussões com

quem votar e quais projetos rejeitar.⁵

A artista escocesa Katie Paterson projetou uma biblioteca para o futuro. Desde 2014, convida escritores a doar um livro a cada ano, durante cem anos. Ela também convidou uma comunidade na Noruega para plantar árvores para o papel no qual os livros serão impressos.

O projeto começou em 2014 e terminará em 2114, ano em que as árvores serão usadas para fazer o papel e os livros poderão ser lidos. “Somos primos das árvores” — diz Katie Pa-

Enquanto reivindicamos viver com dignidade hoje, lutando contra a morte e a destruição que agora estão sendo cometidas pelo poder, vamos inventar maneiras de nos tornarmos “bons ancestrais”, como diz o filósofo australiano Roman Krznaric

seus jovens, e aqueles que concordaram em dar seu voto a seus filhos e filhas receberam instruções sobre em

terson —, compartilhamos muitos dos genes e do material do universo que deu existência a eles e a nós. Nossas primas as árvores nos dão agora o ar que respiramos. Olhar para o futuro é

3 “Future Design: A New Social Contract”, The Tokio Foundation for Policy Research, 24 de janeiro de 2019, em <https://www.tkfd.or.jp/en/research/detail.php?id=669>

4 Haudenosaunee Confederacy, “Values”, em <https://www.haudenosauneeconfederacy.com/values/>, consultado em 15 de fevereiro de 2022

5 “European elections 2019: why adults are giving kids their vote”, BBC News, 17 de maio 2019, em <https://www.bbc.com/news/world-europe-48316982>



Entre as flores. Foto: Helen Juárez



Juntando terra. Foto: Helen Juárez



Aquarela: Paola Stefani



Na Amazônia. Foto: María Rivasés



Foto: Rodolfo González

tão importante quanto olhar para o passado. Os livros, que irão refletir as dificuldades e alegrias da humanidade a cada ano, estão construindo uma ponte ininterrupta para o futuro. Porque as gerações futuras podem ser invisíveis aos nossos olhos, mas nos conectamos com elas através das ações de agora. A biblioteca do futuro é também uma oração, que invoca a continuidade da vida entre o passado remoto e o futuro profundo.⁶

E enquanto reivindicamos viver

com dignidade hoje, lutando contra a morte e a destruição que agora estão sendo cometidas pelo poder, vamos inventar maneiras de nos tornarmos “bons ancestrais”, como diz o filósofo australiano Roman Krznaric.

No México, onze mil árvores condenadas à morte pela construção do Trem Maia celebram uma assembleia “do peso dos tempos, das encruzilhadas, dos ventos encontrados, do pólen transferido, dos caminhos que

compõem a selva”.⁷ Erguem suas vozes verdes e suas cascas milenárias contra projetos de todos os portes que destruirão a selva que somos todas, todos.

Sim, falam os habitantes do futuro. E os jovens e as jovens de hoje os escutam com toda a clareza. 🌱

6 Ver <https://www.futurelibrary.no/>

7 Para conhecer a iniciativa de 11000 árboles: www.11000arboles.org

ELIMINEM AS CHAMAS DE SEGURANÇA E ACENDAM A VIDA

Liberth Jurado e Denisse Nuñez
Compilação: Alexandra Almeida

Somos duas meninas equatorianas, vivemos na Região Amazônica, nas províncias de Sucumbíos e Orellana. Nascemos aqui há quatorze anos e nosso maior desejo é continuar vivendo bem. Continuar vivendo neste lindo lugar, e por isso estamos lutando para que se termine com uma das fontes de contaminação que existem aqui: as chamadas de segurança que queimam o gás associado ao petróleo e provocam muita poluição.

Já faz 56 anos que o Equador começou a extrair petróleo no norte da Amazônia e, durante todo esse tempo, essa atividade tem causado muita contaminação. Vivemos no meio desses campos de petróleo e somos testemunhas e vítimas dos danos irreparáveis que o petróleo causa à água, aos solos, ao ar, à flora e à fauna, e à população, às famílias que aqui vivemos.

Uma das coisas que mais nos afeta é a queima do gás que sai do subsolo junto com o petróleo, em tubos metálicos chamados chamadas de segurança e que ficam acesos 24 horas por dia, contaminando tudo o que há ao seu redor.

Queremos que nossa ação sirva de exemplo para muitas meninas e meninos seguirem, para que lutem por causas justas como a que estamos fazendo, as nove meninas.

A fumaça produzida nas chamadas de segurança afeta a saúde de cada uma de nós, os alimentos, o ar e tudo que está ao redor porque libera um gás muito forte e tóxico; por esta razão, nossos pulmões são contaminados e se contamina a mãe terra.

Em fevereiro de 2020, nós, juntamente com outras sete meninas que vivem nessas mesmas províncias, ajuizamos uma Ação de Proteção contra o Estado equatoriano por autorizar as operadoras de petróleo a queimar gás através das chamadas de segurança, ação proibida pelas leis equatoriana e que somente em casos excepcionais podem ser autorizadas. Infelizmente, o Estado vem concedendo essas autorizações todos os anos, no mês de março. A reivindicação desta ação constitucional é que a justiça declare a violação dos direitos ambientais, da saúde das meninas e dos direitos da natureza, causada pela queima de gás nas 447 chamadas de

segurança que existem na Amazônia Equatoriana.

O que nos motivou a entrar com essa ação judicial foi constatar o sofrimento de tantas pessoas que padecem de doenças raras, como o câncer. Nossas mães atualmente sofrem de câncer, uma há sete anos, devido à contaminação que temos na Amazônia, principalmente em Shushufindi e Sacha, onde temos as chamadas de segurança perto de nossas casas.

Segundo estudos realizados por organizações sociais que nos apoiam, nas comunidades onde a exploração de petróleo tem mais tempo há uma incidência de câncer quase três vezes maior que a média nacional e, desses casos de câncer, 72% afetam as mulheres, por isso é que na ação de proteção colocamos nove meninas porque se essas chamadas de segurança não forem eliminadas, com certeza nós iremos aumentar essa estatística no futuro.

Apesar de estar comprovado que a exploração do petróleo e, sobretudo, as chamadas de segurança provocam contaminação, e esta causa doenças na população, nas nossas províncias não há médicos especialistas para os respectivos tratamentos, e pessoas com câncer como as nossas mães são obrigadas a viajar 8 horas para serem atendidas na cidade de Quito.

O principal objetivo que nos levou a ajuizar a ação legal foi exigir que o Estado acabe com tanta contaminação das chamadas de segurança e que remedeie todas as áreas afetadas durante todos esses anos. Nossa intenção com a ação foi evitar que nós e o resto da população sofremos de câncer e outras doenças relacionadas à contaminação petrolífera no futuro.

Também queremos que nossa ação seja um exemplo para muitas meninas e meninos seguirem, para que lutem por causas justas como a que estamos fazendo as nove meninas peticionárias.

Em fevereiro de 2021, o Tribunal de Justiça de Sucumbíos concordou conosco. Proferiu sentença favorável a nós, meninas autoras, e declarou que todos os anos, quando o Estado autoriza a queima de gás nas chamadas de segurança, fere nosso direito de viver em um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, nosso direito à saúde, e também viola os direitos da natureza.



Segundo estudos realizados por organizações sociais que nos apoiam, nas comunidades onde a exploração de petróleo tem mais tempo há uma incidência de câncer quase três vezes maior que a média nacional e, desses casos de câncer, 72% afetam as mulheres, por isso é que na ação de proteção colocamos nove meninas porque se essas chamas de segurança não forem eliminadas, com certeza nós iremos aumentar essa estatística no futuro.



Dutos de petróleo e gás próximos a moradias em comunidades amazônicas. Foto: María Rivases



Proximidade dos dutos com as moradias amazônicas. Foto: María Rivases



Meninas que contestam judicialmente o descumprimento de sentenças do Tribunal. Foto: Alex Naranjo

Sim, obtivemos uma sentença favorável, mas o plano de reparação que o Tribunal emitiu não é realmente reparador, pois determina que as chamadas de segurança que estão próximas aos centros populacionais devem ser eliminadas em um prazo de 18 meses, e as demais devem ser eliminadas até dezembro de 2030. O Tribunal não esclareceu o que é um “centro povoado” ou o que é “próximo”, e está permitindo que os direitos da natureza continuem sendo violados por quase mais dez anos.

Temos que denunciar que o Estado equatoriano, apesar da sentença, continua violando nossos direitos a um bem viver

Por isso, nossa luta ainda não acabou. No Tribunal Constitucional ingressamos com uma ação extraordinária de proteção para alcançar um plano verdadeiramente reparador que restaure as áreas afetadas pela contaminação gerada pelas chamadas de segurança, que reabilite a saúde da população e que imponha garantias para que violações não voltem a acontecer. Um ano após a decisão do Tribunal, o ministro de

Energia e Minas disse que já eliminaram cinco chamadas de segurança, mas são cinco chamadas que já não funcionavam há anos. A única medida que consta da sentença e que o Estado cumpriu foi enviar dois funcionários de baixo escalão para nos pedir desculpas públicas. Este ato foi realizado no Cantão La Joya de los Sachas, em abril. Obviamente, não aceitamos essas desculpas, pois ainda não eliminaram nenhuma chamada de segurança.

Este caso não nos beneficiará economicamente, mas nos levará a ter um bem viver e que oxalá a natureza nunca mais seja destruída. É necessário que busquem alternativas que não prejudiquem a Pacha Mama.

Para que a sentença que ganhamos seja cumprida, devemos divulgar através da mídia e em todas as redes sociais o que significa uma verdadeira reparação. Temos que denunciar que o Estado equatoriano, apesar da sentença, continua violando nossos direitos a um bem viver. Continuaremos fazendo mais plantões porque acreditamos que o cumprimento da sentença é para o benefício de todos, não apenas das nove meninas. É um benefício para as gerações futuras. 🌱



Colhendo cenouras, Foto: Amelia Collins

ALDEA AVATÍ: UMA EXPERIÊNCIA POPULAR PARA A VOLTA AO CAMPO

Julian Ariza Arias*

O despovoamento do campo é um fenômeno complexo e multidimensional que tem causas diversas como guerras, pressões do agronegócio, concentração fundiária, falta de acesso a mercados, a violação de direitos fundamentais ou a avassaladora narrativa de progresso. Este fenômeno de espoliação, que se vive em toda a América Latina, está correlacionado com o crescimento dos cinturões de pobreza nas cidades e é uma expressão do período de crise civilizatória que atravessamos. O modo hegemônico de pro-

dução e consumo expulsa as juventudes do campo e nega possibilidades às juventudes da cidade, o que ameaça a soberania e a justiça social dos povos. Mesmo nesse contexto, a partir de diversos esforços de organização se busca resistir e construir novos horizontes para a permanência, o retorno ou a incorporação de jovens ao campo, através da agroecologia e do novo mundo que ela contém.

Uma das várias experiências estimulantes para refletir sobre a garantia dos direitos à “Terra, Teto e Trabalho” de juventudes do campo e da cidade, da classe popular e tra-

balhadora, acontece no Uruguai e é protagonizada pelo grupo de jovens da Aldea Avatí. Essa é uma experiência que cresceu “de baixo”, “pequena”, que segue em construção, que não é perfeita nem muda tudo, mas que é valiosa se pensarmos a agroecologia numa perspectiva emancipatória. Essas microexperiências geram implementações reflexivas sobre o retorno ao campo e estratégias de longo prazo para a recampesinização, e fazem parte das apostas pela mudança que “ainda não é, mas está sendo”.

A Aldea Avatí nada tem a ver com as famosas “ecoaldeias”, “ecovilas” ou “ecomunidades”, que se encontram em qualquer região da América Latina e que podem ter aprendizados interessantes, mas que são fundamentalmente restritas a classes privilegiadas. Em 2014, as e os jovens de Avatí tiveram acesso a 20 ha de terras públicas administradas pelo Instituto Nacional de

Colonização¹ (INC) e desde então desenvolvem não só um projeto produtivo de horticultura agroecológica, mas também um compromisso de vida.

A experiência representa um marco na adjudicação de terras do INC, pois pela primeira vez na história da instituição foram combinados fatores como a produção agroecológica, os

processos coletivos, o acesso à terra para jovens e a incorporação ao campo de jovens com trajetórias de vida urbanizadas, com os “códigos do bairro”. O acesso à terra surgiu em meio a uma conjuntura política favorável, onde se priorizou a terra para trabalhadores e trabalhadoras rurais. Porém, não foi a política pública em si o que pos-

sibilitou a chegada dos e das jovens ao campo, mas sim seus processos de organização para a reivindicação da terra e para o desenvolvimento de experiências produtivas.

Os antecedentes de Avatí podem ser situados no contexto da crise de 2002, uma das mais agudas da história do Uruguai. A crise e seus efeitos fragilizaram o direito à alimentação, geraram perdas de postos de trabalho e roubaram os sonhos de uma geração de jovens. A resposta social para promover uma cruzada contra a fome envolveu várias organizações, sendo decisivo o trabalho da *Coordinadora de Ollas Populares* [Coordenadora de Panelas Populares].

Nesse contexto, expandiram-se as hortas comunitárias e a criação de *ollas*, como aconteceria em Empalme Olmos, município de cerca de 4.200 habitantes localizado no departamento de Canelones, 40 km a nordeste de Montevidéu. Dois anos depois de sustentar a dinâmica da *olla*, um grupo de jovens questionou a situação de dependência que estava sendo gerada e a passividade de muitas das pessoas beneficiadas pela *olla*. Nessas discussões, fortaleceu-se a ideia da reivindicação de terra como forma de vida, autogestão do trabalho e como resposta digna ao problema do acesso a alimentos.

Com essa perspectiva, os jovens iniciaram um trabalho de levantamento de terras públicas abandonados no entorno da cidade, bem como o desenvolvimento de experiências produtivas em terrenos emprestados. Entre 2004 e 2008 foram gerados diversos apoios de bairro para o projeto produtivo, foram estabelecidas relações com a *Red Nacional de Semillas Nativas y Criollas* - Red de Semillas [Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas - Rede de Sementes] e se trabalhou na incidência política no contexto da chegada ao poder da coalizão progressista da Frente Ampla. Entre 2009 e 2012, o grupo de jovens teve que abandonar um processo de produção que desenvolveram

O modo hegemônico de produção e consumo expulsa as juventudes do campo e nega possibilidades às juventudes da cidade, o que ameaça a soberania e a justiça social dos povos

1 Instituição pública responsável pela política fundiária que até 2020 cobria cerca de 4% da área agrícola do país (aproximadamente 615.534 ha), sob diferentes formas de posse.



durante cinco anos em terras emprestadas. No entanto, neste período aprofundam-se os vínculos com a *Red de Semillas* e ampliaram-se alguns apoios com grupos da Universidade da República.

Em 2013, como resultado dos encontros promovidos pela Rede, duas pessoas se juntaram ao grupo, colegas, que vinham desenvolvendo experiências de horta urbana em Montevideu e que também estavam na busca de terra. O grupo continuou buscando acesso à terra e desenvolvendo um processo produtivo, mas com recursos limitados e algumas dificuldades em obter os resultados esperados. Em fevereiro de 2014, o coletivo organizado e com o apoio de Red de Semillas, submeteu-se à chamada pública do INC para acesso a uma propriedade em Rincón de Pando, a 9 km de Empalme Olmos. Em novembro daquele ano, eles receberam a adjudicação de um campo de 20 ha e assinaram um contrato de arrendamento.

Uma luta de muitos anos, que incluiu as mãos de muitas mães e pais, pessoas vizinhas e amigas, e espaços de afinidade. Isso exigiu pelo menos duas gerações de jovens (a maioria daqueles que contribuíram com o processo e seguiram outros caminhos), mas alcançou uma grande conquista social. Um grupo de seis jovens que não nasceram na terra reivindicavam suas raízes e a memória ancestral, que apesar de estarem situados em geografias tão diversas como Espanha, Itália, Uruguai ou Iugoslávia, tinham o mesmo coração camponês.

Essa forma de chegada à terra foi uma expressão de justiça e liberdade. Era a possibilidade de construir condições para ter um trabalho autogestionado, sem a exploração do patrão, para construir um sítio próprio, para receber uma família, para projetar um horizonte de vida valorizado e, como mencionavam alguns companheiros, escapar do destino de muitos e muitas jovens de periferia: a rua, a prisão ou o túmulo.

Celebrou-se, sabendo que chegava um novo processo desafiador. Houve acesso à terra, entendendo também que o terreno adjudicado não tinha nada: nem rancho, nem água, nem solo fértil. Foram diversas redes de apoio, negociações com a administração local e a vontade inegotável de companheiros e companheiras, que promoveram os esforços para “aguentar” e começar a construir condições para habitar. Assim, iniciaram-se processos de adequação do solo, a construção do primeiro rancho de abrigo coletivo, novos conhecimentos na prática da agricultura foram sendo ganhados, promovendo circuitos curtos de comercialização e, em última instância, reafirmando uma opção de vida, um projeto de passado, presente e futuro.

Em 2016, foi desencadeado um processo político, orga-

nizacional e identitário através dos *Campamentos Nacionales de Jóvenes por la Soberanía Alimentaria* [Acampamentos Nacionais da Juventude pela Soberania Alimentar]. Avatí foi a anfitriã do primeiro acampamento, onde foram trocadas impressões sobre o acesso à terra para jovens e seu papel na construção da soberania alimentar e da agroecologia. Participaram do acampamento jovens de diversas partes do país, oriundos tanto do meio rural como urbano, que foram conhecendo a experiência e projeções de vida e trabalho no campo do coletivo anfitrião.

O acampamento fortaleceu os processos de outros coletivos, que viram suas aspirações de vida na terra expressas por meio da experiência Avatí. Algumas pessoas que participaram desse encontro se organizariam posteriormente em outros coletivos que também acessaram as terras do INC, e seriam os anfitriões dos acampamentos em 2017 (Grupo Los Parientes), 2018 (Coletivo Agroecológico El Ombú) e 2021 (Colectiva Punta Negra).²

Em 2018, duas colegas e um companheiro se juntaram ao grupo. A presença das mulheres daria início a uma nova fase onde as posturas feministas ganhariam espaço, num grupo até então formado principalmente por homens. Esse olhar foi acompanhando todos os âmbitos da vida da Aldea e gerando reflexões e debates no grupo.

Com o passar do tempo, foi-se gerando um processo muito estimulante com a autoconstrução dos ranchos. A mística dos mutirões, o barro, a criatividade, o próprio espaço de abrigo e a profunda interrelação entre sementes-horta-comida-cozinha-rancho-palavra-processo representam uma poderosa expansão do sentido da vida. Hoje, a experiência continua construindo aprendizados a partir da cotidianidade, com altos e baixos. Há também tensões, naturais de uma tentativa de reconstrução da vida coletiva e comunitária, que foi combatida por séculos de modernidade, capitalismo e patriarcado.

Atualmente, a Aldea é composta por oito companheiros e companheiras; um deles, um “aldeãozinho”, símbolo do regresso ao campo e ao novo mundo. 🌱

* Pesquisador em Agroecologia. Desenvolveu sua dissertação de mestrado junto à Aldea Avatí (2016-2018), onde posteriormente viveu por três anos e meio (2018-2021).

2 Primeira experiência de acesso a terras públicas protagonizada por mulheres jovens, com trajetórias de vida urbanizadas e com um projeto agroecológico.

Não foi a política pública em si o que possibilitou a chegada dos e das jovens ao campo, mas sim seus processos de organização para a reivindicação da terra e para o desenvolvimento de experiências produtivas.



Zapotlán, Jalisco, México. Foto: Santiago Villalobos Villalobos

ESCOLAS RURAIS SOB RISCO DE PULVERIZAÇÕES

Marielle Palau (BASE-IS)

Este artigo apresenta o impacto do modelo do agronegócio nas escolas rurais do país, principalmente na região leste, onde estão localizadas 5.010 das 5.330 instituições de ensino rural e 99% das lavouras do agronegócio.

Desde o início deste século, houve um acelerado processo de expansão territorial das monoculturas empresariais. Entre 2002 e 2020, a área utilizada pelo agronegócio cresceu 232,63% — enquanto a da agricultura camponesa se reduziu para quase a metade — ocupando hoje 94,08% das terras destinadas à agricultura no país. A soja é o item mais

importante: ocupa 3.640.000 ha dos 5.384.370 ha cultivados com itens do agronegócio, ou seja, aqueles que, além de utilizarem o pacote tecnológico, são voltados principalmente para a exportação.

Um dado importante a se levar em conta é que todas as monoculturas requerem necessariamente o uso de agrotóxicos — herbicidas, inseticidas, fertilizantes químicos e fungicidas — de modo que, à medida que avança a expansão territorial, também aumentam as importações de produtos agrícolas próprios, principalmente do glifosato e nos últimos anos do paraquat e, com isso, os riscos para as comunidades.



Principais princípios ativos de agrotóxicos importados (em kg)

	2014	2021
Glifosato	14.554.746	17.717.911
2,4D	1.815.277	2.476.165
Paraquat	5.606.766	10.997.782
Total	21.976.789	23.448.881

Fonte: García (2021)¹

Tanto que 22,2% das instituições de ensino rurais possuem monoculturas próximas, a menos de 200 metros de distância, que além de colocarem em risco a saúde de me-

ninas, meninos e de toda a comunidade educativa, realizam pulverizações ilegais, já que a Lei 3742/09 “Sobre o controle de produtos fitossanitários para uso agrícola” estabelece “uma faixa de segurança de 100 metros para pulverizações terrestres e 200 metros para pulverizações aéreas entre a área de tratamento com produtos fitossanitários e quaisquer assentamentos humanos, centros educacionais, centros e postos de saúde, templos, praças e outros locais de encontro público para os agrotóxicos de uso agrícola”.

Levando em conta o que afirmou o engenheiro químico Tomasoni (2021)², a distância mínima para diminuir o risco de deriva de agrotóxicos deveria ser de 1.000 metros, então pode-se afirmar que 32,5% das escolas rurais correm o risco de serem afetadas por pulverizações com potentes agrotóxicos.

Existe uma relação direta entre o risco de pulverização e

¹ García, Lis. “Aumento de Agrotóxicos en el marco del asalto corporativo de las transnacionales”. In: Palau, M (2022). Con la soja al cuello, 2022. Dossiê sobre o agronegócio no Paraguai. BASE-ls. Assunção. Paraguai

² Tomasoni, M. (2021). “No hay deriva controlable”, em Con la soja al cuello. Dossiê sobre o agronegócio no Paraguai. BASE-ls. Assunção. Paraguai.

o tipo de produção predominante. Nos territórios onde a expansão do agronegócio é maior, identificou-se maior número de escolas afetadas por pulverizações. Os produtores com cultivos mais próximos às instituições de ensino tendem, em sua maioria, a ser estrangeiros e violam a regulamentação estabelecida.

As pessoas afetadas têm uma alta percepção das pulverizações e, em geral, não contam com informações sobre as monoculturas próximas e a dimensão do problema. Também pouco identificam muito claramente os efeitos sobre o direito à educação e à saúde. A sensação de estar protegidas e protegidos por barreiras vivas motiva, em sua grande maioria, a colocá-los de forma autogestionada. Diante da reiteração — e cumplicidade — das autoridades competentes, as pessoas afetadas já não prestam queixas e, quando o fazem, é principalmente às autoridades locais.

As monoculturas de soja são as que mais realizam pulverizações proibidas por lei. A maioria das pessoas consultadas no estudo — sem distinção entre mulheres e homens — indicou que as pulverizações são realizadas nas proximidades das escolas. Quem afirmou que não se pulveriza foram exclusivamente diretores, diretoras e docentes. Há também uma tendência de que a percepção sobre a pulverização seja maior quando a monocultura está mais próxima da escola, e que sejam as mulheres quem mais percebam. Embora também a maiores distâncias, as pulverizações continuam a ser percebidas (Palau e Lo Bianco, 2022:111).

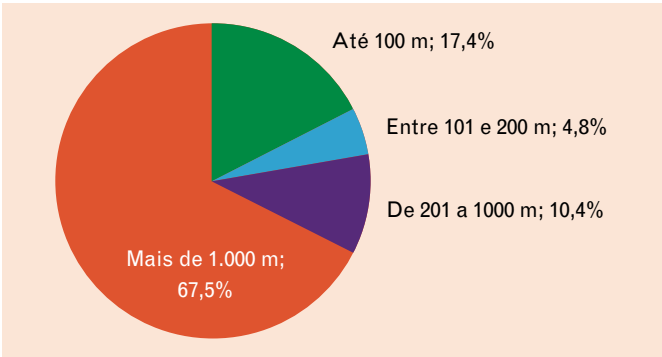
As condições ambientais legais para a realização das pulverizações também não são respeitadas, pois elas são realizadas mesmo com muito vento ou muito calor. Ao perceber que uma pulverização está sendo realizada, a grande maioria indicou que «não se faz nada». A principal atitude tomada nesses momentos é fechar portas e janelas, e não sair para o pátio, prejudicando assim o processo educativo. Com muito menos frequência, indicaram que notificam as autoridades da escola ou outras autoridades. Chama a atenção que mesmo as autoridades das instituições de ensino, em sua maioria, tenham indicado que não fizeram nada.

Cerca de 36,5% das pessoas consultadas no estudo indicaram que “costuma-se sentir desconforto quando há pulverizações», evidenciando também a tendência de que quanto menor a distância entre as monoculturas e as instituições de ensino, maior a frequência de relato de desconforto. Observou-se também uma tendência preocupante para a naturalização de doenças e desconfortos por parte de quem convive com pulverizações, e para a atribuição desses desconfortos a outras causas, como a desnutrição ou parasitoses. Indicaram ainda que são as meninas e os meninos os mais afetados pelo desconforto no momento das pulverizações (Palau e Lo Bianco, 2022:112). A grande maioria das pessoas entrevistadas indicou desconhecer os efeitos das pulverizações sobre a saúde. Mas indicaram que o principal impacto no processo edu-

cacional é que afeta a concentração e o desenvolvimento das aulas e, em segundo lugar, a perda de aulas.

Os dados expostos evidenciam outro impacto desastroso do modelo do agronegócio. Coloca em risco a saúde e a educação de meninas e meninos de comunidades rurais, afetando não só as condições de vida atuais, mas também comprometendo o futuro de grande parte da população paraguaia. O fato de 3 em cada 10 estabelecimentos de ensino correrem o risco de serem afetados por agrotóxicos potentes e suas consequências significa que mais de 30% das comunidades rurais estão em perigo, já que as escolas estão localizadas ali. Esta terrível realidade ocorre com a cumplicidade do governo, já que as instituições públicas que deveriam fazer cumprir as normas e zelar pelo bem comum, estão submissas aos interesses das grandes corporações do sistema agroalimentar mundial. 🍌

Proximidade entre monoculturas e instituições de ensino | Fonte: Palau e Lo Bianco, 2022



Distância entre as instituições de ensino e as monoculturas

	N	%	Situação	Exposição a pulverizações
Até 100 m	62	17,4	22,2% Escolas com cultivos ilegais próximos	32,5% Escolas expostas a pulverizações
Entre 101 e 200	17	4,8		
De 201 a 1000	37	10,4	Escolas em risco	
Mais de 1000	241	67,5	Escolas sem monoculturas próximas	67,5% Escolas não expostas
Total	357	100,0		

Fonte: Palau e Lo Bianco, 2022

* Os dados apresentados são os resultados mais significativos do estudo de Palau, M., Lo Bianco, M. (2022). Agronegocios y escuelas rurales. El peligro de las fumigaciones en la Región Oriental. BASE-Is. Assunção. Paraguai.

UM NEOLIBERALISMO VENENOSO: A CRISE POR AGROTÓXICOS NA COSTA RICA

Red de Coordinación en Biodiversidad

A Costa Rica consome cerca de 34,4 kg de ingredientes ativos por hectare cultivado por ano. Isso é confirmado pelos dados publicados em junho pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no estudo *Uso aparente de plaguicidas en la agricultura de Costa Rica*¹ [Uso aparente de agrotóxicos na agricultura da Costa Rica]. Este país centro-americano é o líder mundial no uso de agrotóxicos. Sabe-se que 80% dos

agrotóxicos aplicados são considerados pela Organização Mundial da Saúde como Agrotóxicos Altamente Perigosos (AAPs). Especialistas apontaram que a Costa Rica usa volume dez vezes maior de agrotóxicos por hectare do que os Estados Unidos.

Com acordos de livre comércio com mais de sessenta países e a recente adesão da Costa Rica à OCDE gerou-se “segurança jurídica” para as empresas transnacionais que importam e formulam esses venenos, obtendo assim uma série de privilégios fiscais que as isentam da maioria dos

impostos, facilidades excepcionais em nível continental para o registo de moléculas para venda no país, compras públicas que lhes asseguram importantes quotas de mercado. Portas giratórias e esquemas operacionais obscuros no contexto de expansão global do mercado de agrotóxicos genéricos fazem com que venham diretamente da China e da Índia para o interior da Costa Rica.

Algumas das causas dessa dependência dos agrotóxicos na Costa Rica são: leis e regulamentações negligentes ou totalmente permissivas; controles

¹ <https://impactoplaguicidas.cr/>

Zapotlán, Jalisco. Fotos: Santiago Villalobos Villalobos





Foto: Santiago Villalobos Villalobos

inexistentes por parte dos órgãos responsáveis; capacidade reduzida ou atrofiada do Estado; e assistência “técnica” nas mãos das próprias empresas vendedoras. Ou seja, quem importa, reformula e vende venenos é quem “assessora” os usuários finais.

Há também um poderoso grupo de estruturas empresariais especializadas em fazer lobby e até em sequestrar algumas organizações de pequenos agricultores e pequenas agricultoras, o que gerou uma campanha em favor dos agrotóxicos defendendo a incorporação de “novas moléculas”, pressionando para que as autoridades imponham mecanismos ainda mais flexíveis na importação dessas substâncias. Mas essas moléculas estão longe de serem novas, já que muitas

Algumas das causas dessa dependência dos agrotóxicos na Costa Rica são: leis e regulamentações negligentes ou totalmente permissivas; controles inexistentes por parte dos órgãos responsáveis; capacidade reduzida ou atrofiada do Estado; e assistência “técnica” nas mãos das próprias empresas vendedoras

circulam no mercado mundial há mais de três décadas, e inclusive uma grande maioria foi proibida em outras latitudes. É assim que vinte das vinte e duas substâncias mais perigosas do mundo são usadas na Costa Rica. Isso nos torna um dos lixões globais de agrotóxicos que ninguém mais quer.

O saldo dessa intensificação do turbocapitalismo agrícola ainda é desconhecido. Muito mais pesquisas são necessárias para entender as consequências de ser o país mais pulveriza-

do do planeta. Mas já se conhece mais de uma dúzia de casos de aquedutos comunitários contaminados, obrigando milhares de pessoas a beber água com agrotóxicos. O caso mais recente é o de Cipreses de Oreamuno. Lá, mais de 3.000 pessoas estão tomando água com o fungicida clorotalonil, uma substância cancerígena proibida em muitas partes do mundo, mas ainda usada na América Central.

Esta é apenas a ponta do iceberg, seria de se esperar que centenas de ou-



Protesto contra agrotóxicos na Costa Rica Foto: Henry Picado

tros aquedutos comunitários estejam em condições similares ou piores que a de Cipreses, porque na Costa Rica o Estado tem uma capacidade muito limitada para detectar essas substâncias na água para consumo humano, já que apenas 10% das moléculas de agrotóxicos que são comercializadas no país podem ser analisadas no Laboratório Nacional de Águas (entidade encarregada de realizar essas análises). Ou seja, a Costa Rica não tem capacidade técnica para encontrar 9 em cada 10 venenos possivelmente presentes na água que as pessoas usam para beber, cozinhar, tomar banho etc.

Também é óbvia a contaminação

dos alimentos que as pessoas consomem. Sabe-se que 64% das verduras, frutas e legumes contêm resíduos de agrotóxicos que não deveriam chegar aos nossos pratos. Além disso, centenas de escolas cercadas por plantações sofrem com pulverizações aéreas precisando lidar com substâncias como o clorpirifós, que está associado a distúrbios no sistema cognitivo e na capacidade de aprendizagem de meninos e meninas.

O futuro imediato não parece nada animador neste tema. Com a entrada do novo governo do direita Rodrigo Chaves, a defesa dos interesses das empresas vendedoras de agrotóxicos continua resguardada, como ocorreu

dos alimentos que as pessoas consomem. Sabe-se que 64% das verduras, frutas e le-

O Estado tem uma capacidade muito limitada para detectar essas substâncias na água para consumo humano, já que apenas 10% das moléculas de agrotóxicos que são comercializados no país podem ser analisadas no Laboratório Nacional de Águas

nas gestões anteriores. Aqui, o agravante é que Chaves promove a negociação de um TLC entre Costa Rica e Equador onde a questão dos agrotóxicos está na pauta. Além disso, o país pretende ingressar na Aliança do Pacífico, o que sugere mais golpes contra a agricultura local e o fortalecimento do modelo do agronegócio. 🍌

PEQUENOS DIÁLOGOS SOBRE A INFÂNCIA

Colectivo por la Autonomía

Uma conversa do *Colectivo por la Autonomía* [Coletivo pela Autonomia] com a parteira e médica Norma Escalante

Esquecemos da primeira infância e da infância e não consideramos a superestimulação, a má alimentação, o estresse, os produtos químicos e a contaminação com os quais crescem. Temos que compreender tudo que uma pessoa atualmente vive desde antes do nascimento, na gestação, na infância e na juventude, pois disso depende o seu próprio futuro e o da comunidade, em última instância, o da humanidade. Para isso, as parteiras dizem que é preciso entender a condição do pré-natal e da criação.

Vamos começar com o que acontece no pré-natal. O bebê dentro do ventre materno recebe tudo da mãe, ela é a figura principal. Como cuidamos das mães e como valorizamos a etapa de uma mãe que está gestando. O que acontece social e ambientalmente na família, na comunidade e

Temos mecanismos de defesa, chorar é um deles, mas é como viver sobrevivendo. Isso nos faz refletir que a sociedade está na sobrevivência, em vez de estar na liberdade, no crescimento harmonioso e na subsistência plena

no trabalho. As emoções da mãe são recebidas pelo bebê, o que é traduzido biologicamente na gravidez por meio de hormônios e neurotransmissores. Todo esse processo é alterado, inibido ou superestimulado pelos químicos, contaminação e estresse.

O que um bebê vive em sua gestação e infância fica em sua memória, é como uma semente que tem um potencial cuja principal missão é ser ela mesmo, com tudo o que venha a ser, sua

criatividade e o que vai desenvolver como pessoa, essa semente fica marcada pelos condicionamentos, que podem chegar a ser “traumas” que influenciam a vida futura.

Cuidar do jeito de nascer é importante. Sendo esta experiência tão intensa, fica definitivamente gravada em nós, como a vivemos, mas sobretudo, como somos acolhidos, recebidos. Estamos projetados para viver a vida da melhor maneira desde o nascimento, mas nós, como seres humanos, interrompemos ou intervimos. Por exemplo, o natural é receber calor e o alimento da mãe, mas separamos o bebê

da mãe e o colocam em uma incubadora. Quem diria que num momento em que bebê e mãe precisam ficar juntos, submetemos ambos a tanto estresse, que desvia o bebê de uma adaptação saudável e ótima ao ambiente externo e, em última instância, a separação afasta o calor e o alimento que dão toda a segurança, a primeira necessidade de todo ser humano, que se não for atendida desencadeia na recém-nascida ou no recém-nascido o sentimento de rejeição, de falta de afeto, de não ser bem-quisto ou aceito.

Nessa condição, todas as funções serão diferentes: a digestão, a respiração, a frequência cardíaca, por sua vez gerando mais intervenção. Acumulam-se experiências negativas ou não desejáveis que alteram as funções físicas e emocionais básicas. Se isso realmente é prolongado, é um trauma.

Mãe e bebê vivem um vínculo muito estreito; as necessidades que um bebê tem por natureza são satisfeitas quando são vividas de maneira natural, sem interrupções. Situações de desatenção, desvalorização e frustração são geradas quando esses ritmos são alterados.

Michel Odent diz que “um bebê vive em um berçário sua primeira experiência de submissão”, porque está em um lugar onde não pode fazer absolutamente nada para mudar isso, a não ser chorar. Às vezes o choro é salvador, se a criança não chorar o suficiente, talvez não a levem para a mãe. Temos mecanismos de defesa, chorar é um

deles, mas é como viver sobrevivendo. Isso nos faz refletir que a sociedade está na sobrevivência, em vez de estar na liberdade, no crescimento harmonioso e na subsistência plena. Fisicamente, dentro do ventre materno, através da placenta, e depois de nascermos, com leite materno, também recebemos da mãe o ambiente.

Na verdade, se houver contaminação ambiental, já foi demonstrado que há contaminação intrauterina. Se nosso sangue traz chumbo ou plástico, os bebês os estão recebendo

Temos que compreender tudo que uma pessoa atualmente vive desde antes do nascimento, na gestação, na infância e na juventude, pois disso depende o seu próprio futuro e o da comunidade, em última instância, o da humanidade



Plantios em Zapotlán, Jalisco. Foto: Santiago Villalobos Villalobos

do. Produtos químicos, bisfenol, agrotóxicos e muitos outros foram encontrados na placenta e no leite materno. Isso é sabido e comprovado desde a década de 1980, quando foi demonstrado que havia xenoestrógenos no leite materno, e outras substâncias químicas sintéticas que interferem no funcionamento normal dos hormônios e na saúde em geral. Imagine agora, trinta ou quarenta anos depois.

O leite materno segue sendo a melhor opção, pois os nutrientes e elementos que ele contém, como as imunoglobulinas, que são os anticorpos, não serão repassados por mais ninguém, nem mesmo o leite de vaca, pois estaria repassando os anticorpos e defesas gerados pela vaca, não aqueles gerados pela mãe, apropriados para o ambiente onde ela vive e seu bebê irá crescer. Agora também se sabe como o parto vaginal e o leite materno propiciam uma excelente microbiota para os recém-nascidos, assim como o contato com a pele e o entorno da mãe. Não há necessidade de uma assepsia, digamos, clínica.

Essa assepsia foi um exagero que surgiu quando foram descobertos os micróbios, que recomendava que tudo deveria ser asséptico. É uma abordagem errônea, nós convi-

vemos com uma quantidade de micróbios saudáveis desde que nascemos, e eles fazem parte da nossa saúde. Na realidade, no momento do parto conseguimos um grande número de micróbios saudáveis que nos ajudarão a ser melhores no ambiente externo. A microbiota gera vitaminas, proteínas e enzimas necessárias para o equilíbrio da nossa saúde, por isso não separar o bebê da mãe também cria uma microbiota saudável.

A questão colocada, a partir da filosofia, é quem somos nós? Se somos ou temos muito mais micróbios do que células no corpo, e quanto mais biodiversa e equilibrada for a população dessa microbiota, mais provável é que nossa saúde seja melhor. Muitos aspectos da imunidade estão na microbiota e ela também propicia vários estados emocionais. Foi demonstrado que crianças e populações rurais

A primeira necessidade do ser humano desde a gestação e quando chegamos a este mundo após o nascimento, é sentir-se seguro, segura, e então receber alimento em porque na realidade, sentir segurança é estar alimentado emocionalmente

Queremos e exigimos uma resposta rápida, mas não é assim. A mãe deve ter tempo para escutar, observar, tocar e entrar no tempo do bebê durante a criação, e não submetê-lo ao nosso tempo



têm uma microbiota muito mais biodiversa devido ao contato com a natureza e à criação comunitária para além da família nuclear.

O bebê e a mãe são mais que um binômio, são uma fusão. Para o bebê, mãe e bebê são uma pessoa. Até os 8 meses de vida, vai sendo criada a consciência de ser outra pessoa. Por isso, quando a mãe não está, o bebê está em confusão, em sensação de abandono, angústia. No processo de gestação, o bebê tem uma consciência generalizada

-ritmo é diferente em todas as suas percepções, mas ele é tratado com pressa, sem contemplação, em ambos os sentidos da palavra. E para bebês e crianças é “não me entendem”, a comunicação pode ser dificultada, eles têm de se adaptar aos “nossos jeitos”, por isso é importante o tempo que passamos com eles e nos adaptamos ao jeito deles, para que eles se sintam bem e cresçam de maneira mais harmoniosa. Dizemos que as e os bebês recebem uma superestimulação que é física, através de seus sentidos, também emocional-social, mas também química-ambiental. Quere-



Trabalhando a milpa. Foto: Rodolfo González

maior ou igual à individualizada. Dizemos que está encarnando uma alma. As experiências e percepções são sentidas em todo o seu corpo, globalmente.

Os bebês têm uma “lentidão” quando comparados a nós: o que eles recebem através de seus sentidos, o tempo que levam para interpretar o que eles sentem, e sua resposta a isto, é muito mais lento do que no adulto, seu tempo-



Foto: Santiago Villalobos Villalobos

mos e exigimos uma resposta rápida, mas não é assim. A mãe deve ter tempo para escutar, observar, tocar e entrar no tempo do bebê durante a criação e não submetê-lo ao nosso tempo. Que não haja pressas antinaturais hiperestimulantes, que somadas a outros estimulantes como açúcares, corantes e outros alimentos embalados e industrializados promovem a hiperatividade e vários outros transtornos.

Nós o banhamos, o levantamos, o alimentamos rapidamente. Por isso é muito importante o tempo que a mãe passa com o bebê, sem pressas e estresses do trabalho e outras coisas que poderíamos chamar de um tempo ou ritmo anti-bebê. Há também mulheres com muita angústia, estresse e depressão: esses também são transmitidos e aprendidos. Há pessoas adultas que não conseguem descobrir de onde vêm suas emoções. Algumas delas aprendemos desde que estávamos dentro.

Isso não significa que o bebê seja um papel em branco, existem capacidades mentais não comuns que geram respostas inesperadas. Na neurobiologia diz-se que há situações e um certo tipo de estresse que o bebê consegue manejar, e há outras que invadem essa capacidade e nos supera, e fugimos, enfrentamos, ou ficamos paralisados, ou marcados. Há evidências disso na psicologia perinatal. Conhecemos meninos, meninas, que vêm com certas (in)capacidades ou alterações relacionadas à sua gestação.



Foto: Gerardo Torres

É por isso que a alimentação e a nutrição desde a gestação, bem como a criação, são cruciais. A agricultura orgânica tradicional é muito importante para nós mulheres, é prevenção. É muito bom que haja atenção e pesquisa para as doenças terríveis que existem e estão surgindo. Mas é essencial ir às causas, e começar a retomar desde a gravidez e o parto, e tudo o que implica no desenvolvi-

to emocional, como a psicologia perinatal tem mostrado acompanhada pela neurociência. É saúde mental e muita consciência porque uma mãe que cuida de uma coisa tem muita chance de cuidar de outra, como a alimentação e o ambiente. É prevenção, porque meninos e meninas já nascem com traumas, violências e sofrimentos, e tantas questões a serem resolvidas que eles têm que enfrentar. E o que as crianças fazem com tanta coisa? Como é possível reclamarmos frente a um caminho tão terrível? Por isso, a educação é muito importante para casais que estão começando, as crianças não conseguem fazer a mudança sozinhas. Principalmente as mães, que são um pouco mais sensíveis e estão presentes, e realizam mais essa tarefa desde a gestação e a criação, têm mais intuição, há mudanças físicas e hormonais etc. que nos predis põem, e aguçam nossa atenção e nosso instinto maternal.

A primeira necessidade do ser humano desde a gestação e quando chegamos a este mundo após o nascimento, é sentir-se seguro, segura, e então receber alimento em todos os sentidos, porque na realidade, sentir segurança é estar alimentado emocionalmente. Essa segurança está relacionada à ocitocina, o hormônio do amor, da segurança, de contato e de relações com outros em todas as fases da vida, mas é fundamental na criação até a juventude. A ocitocina é produzida em grandes quantidades durante a gestação, durante o parto e no pós-parto.

Dizemos que os bebês recebem uma superestimulação que é física através de seus sentidos, também emocional-social, mas também química-ambiental

É preciso ter esperança, o que foi uma mudança de paradigma com o método psicoprofilático, um método para preparar-se e sentir menos dor no parto, levou ao parto natural, ao parto humanizado, ao modelo e resgate da parteria, e o estudo do que acontece com o sistema nervoso e a psique em torno do nascimento, e de tantas transformações que estamos fazendo na parteria para o futuro almejado da humanidade.

Diálogo com José Luis Pamplona sobre a experiência de horta educativa “Semillas Colibrí” com meninas e meninos

Os velhos Huichóis nos diziam que quando se cultiva com as crianças a própria natureza, o ar, a água, o solo, seus tempos e seu alimento, vão nos ensinando a fé e a paciência amorosa com que a mãe terra está nos criando e está nos esperando.

Nas comunidades camponesas onde eram realizadas oficinas para reproduzir e armazenar sementes, meninas e meninos não participavam dos primeiros encontros e todos



Zapotlán, Jalisco. Na horta. Foto: Santiago Villalobos Villalobos

Os agrotóxicos estão principalmente no território, nos corpos, nas águas, na vida selvagem, mas fundamentalmente na alimentação de toda a sociedade urbana e rural, pois para isso são usados massiva e indiscriminadamente

falavam ser necessário conservar as sementes e o patrimônio, mas para mim uma das sementes mais importantes e pouco cuidadas são as meninas e os meninos, se fala de território, sementes e solos, e os adultos diziam que não havia interesse. Mas, por que isso começou a acontecer em algumas comunidades, com tanta sabedoria?

Antigamente, a avó transmitia esse conhecimento como um tesouro, pacientemente entregava um a um os saberes sobre plantas e sementes, sobre os ciclos e a agricultura e, finalmente, se herdava as sementes da comunidade e da família. Começamos a refletir sobre isso com as meninas e meninos. Eles já haviam descoberto um tesouro que sentiam como um fardo. Mas fomos vendo que as sementes não só traziam a carga e o trabalho dos avós, mas saberes, histórias, poder, força, conhecimento e, enfim, que as crianças são essa nova semente e se sentem revalorizadas.

Nos programas educativos convencionais, educa-se para competir e profissionalizar-se em uma comunidade que já de antemão falhou devido à condição capitalista-individualista. Nas hortas se trabalha em colaboração, comunidade e empatia com os seres vivos. A resposta é fantástica e surpre-

endente, sempre surge algo novo de generosidade, amor e compromisso. É fundamental aproximar avós e avôs dessas vivências com a infância. Recuperar avós e avôs em convivência saudável nas hortas escolares resultou em reconexão, descoberta e curiosidade de saberes ancestrais. As crianças perguntam por que você não tinha me contado? Os avós respondem “por que todo mundo me dizia: o que é que você sabe”. Por fim, o conhecimento é enriquecido nesse diálogo, pois as crianças também têm sua capacidade de observar, perguntar, investigar e experimentar.

Se isso se respirava desde a infância, hoje é necessário fazer um esforço extra. Antigamente você comia desde o ventre o que sua avó preparava, os cuidados de sua avó. Você se conectava com esse saber transgeracional. Os desejos das mães são transmitidos e afloram como sentimentos até que você mesmo seja avô.

Contaminação e presença de agrotóxicos nas crianças e no território: Reconfiguração Agroecológica Alimentar e de Saúde (RAAS)

Em Jalisco, no México, a partir da denúncia de mães de povoados e escolas pulverizados, um grupo de cientistas e organizações sociais junto com algumas comunidades rurais se reuniram em um projeto chamado: Reconfiguração Agroecológica Alimentar e de Saúde (RAAS),

para reverter o provável dano renal e neurocognitivo da infância em comunidades rurais. De início, foi demonstrada a presença de agrotóxicos nos corpos de (em alguns casos) até 100% das crianças e jovens rurais desde a pré-escola até a escola secundária. Entre eles, foram identificados sinais de dano renal entre 25 e 48 % das centenas de casos estudados. Isso nos levou a decidir rastrear as rotas e saturações desses agrotóxicos, e fazer uma proposta de mudança de paradigma na produção agropecuária e na alimentação que tenha resultados a curto prazo na alimentação e saúde dos alunos.

No *Colectivo por la Autonomía* fizemos algumas reflexões sobre esta situação alarmante. Começamos por avaliar que esta é apenas uma amostra da invasão dos agrotóxicos no território e no corpo, mas que na realidade todas e todos temos agrotóxicos. Como dizem na *Red en Defensa del Maíz* [Rede em Defesa do Milho] no caso dos transgênicos: se temos, é necessário nos cuidarmos para não ter mais, e se não temos, precisamos cuidar de nós mesmos para que não nos alcancem”. As regiões camponesas mudaram substancialmente com o agronegócio. Os agrotóxicos estão principalmente no território, nos corpos, na água, na fauna silvestre, mas fundamentalmente nos alimentos de toda a sociedade urbana e rural, pois para isso são usados de forma massiva e indiscriminada. O grande problema da presença e prejuízos na infância e juventude é que são indivíduos em pleno desenvolvimento, e essas toxinas desde a tenra idade podem afetá-los de forma irreversível em seu desenvolvimento físico, neurocognitivo e emocional. O projeto está descobrindo que o interesse dos jovens em cultivar alimentos de forma orgânica é maior do que nos adultos, com o objetivo final de incentivar as próprias cantinas escolares. Propusemos que meninas e meninos sejam cada vez mais sujeitos de sua própria história, entendidos como indivíduos com capacidade de projeto.

Reflexões com o *Centro de Investigación y Recursos para el Desarrollo* [Centro de Recursos de Pesquisa e Recursos para o Desenvolvimento] (CIRDAC, AC)

Nas regiões do agronegócio estão surgindo condições de crescente violência e marginalização, ainda que queiram se vender como regiões de prosperidade generalizada. O interessante é que meninas e meninos ganham experiência na agricultura tradicional e na agroecologia, desafiando a pressão produtivista e macroeconômica que tem sido imposta à agricultura. Já se conseguiu gestionar e recuperar lotes escolares para experimentar, conhecer o solo, as sementes e sua adaptação, a bioquímica e diversas técnicas agroecológicas, confrontando paradigmas que mantêm a contaminação e imposição do agronegócio sobre as agri-

culturas próprias, e relacionar esse processo com superar a vulnerabilidade em que se encontram seus corpos.

Mas é preciso recuperar não só o solo e a semente, mas também o território e a esperança. Nos últimos anos se respira uma certa desesperança nas infâncias rurais, houve muita morte e dor por causa da Covid e da violência, os caminhos ou opções para suas vidas estão muito marcados pelo imediatismo, migração, violência, crime, vícios, há muita gravidez precoce e promiscuidade influenciada pelos aparelhos conectados à internet. A migração provoca abandono, muitas vezes o pai e a mãe vão e vêm diariamente para os estabelecimentos do agronegócio, em outras, o abandono é mais permanente migrando para outras regiões do país ou para os Estados Unidos. Em contraste com isso, as hortas são espaços de liberdade, segurança, convivência, aprendizagem, harmonia, regras. As hortas os conectam com o tempo real, a paciência, a observação, a surpresa de cada planta, dos insetos, dos adubos orgânicos, dos próprios sentidos, o olfato, a cor, o aroma e a textura. Perguntam também sobre a viabilidade dessa produção como meio de vida, veem que o adubo orgânico também pode ser comercializado ou trocado.

Tudo isso abre uma pequena brecha para reencontrar-se com seu território e confrontar a visão extrativista que se impôs de “aproveitar” tudo e não conservar nada, de desprezar o lago, a cachoeira, a mata, a vida silvestre e a biodiversidade. A alegria de ver as plantas crescerem e colher alguns frutos, o sonho de se alimentar de forma saudável e recuperar a confiança em si mesmos e na natureza é um momento de paz e a possibilidade de manter a saúde do seu corpo e do seu território.

Propusemos que meninas e meninos sejam cada vez mais sujeitos de sua própria história, entendidos como indivíduos com capacidade de projeto

A agroecologia no contexto do agronegócio, diálogos com a *Red en Defensa del Maíz* de Jalisco, Palos Altos, ejidos de San Isidro e La Ciénega, comunidades coca de Mezcala e Wixárika de San Sebastián, GRAIN e o *Colectivo por la Autonomia*

Os coletivos de jovens denunciam a produção de lixo plástico, o desmatamento, a grilagem de água e de terra, enquanto são desqualificados por seu desinteresse pela vida camponesa e por uma substituição geracional que busca convertê-los de herdeiros da terra e território em diaristas.

A espoliação é imensurável, no presente e também no futuro, pela contaminação por tóxicos e resíduos do agronegócio, pelo desmatamento, pela crise de água, mas tam-

Nos programas educativos convencionais, educa-se para competir e profissionalizar-se em uma comunidade fracassada de antemão devido à condição capitalista-individualista. Nas hortas se trabalha em colaboração, comunidade e empatia com os seres vivos



bém pelo isolamento da agricultura e do território em tenra idade. O esvaziamento e envelhecimento do campo, o acesso à terra, a perda de uma alimentação própria, adequada, natural e variada.

Tudo isso está acontecendo rapidamente em comunidades onde ainda prevalecem a oralidade e a narração como forma de transmissão do conhecimento, onde as famílias se integravam em torno da parcela cultivada e a vida camponesa permite uma formação integral na construção, música, artesanato (bijuteria, madeira, tecelagem, teares etc.), agricultura e múltiplos ofícios que vão sendo acumulados ao longo da vida.

Diz-se que a escola expulsa, mas talvez a escola naturalize a expulsão, e o que expulsa é a espoliação e a incapacitação. Parte da razão para assumir uma abordagem agroecológica é assumir o bem viver, dignamente, felizes.

Algumas práticas camponesas estão sendo deixadas de fazer, e você nunca para de aprender e de buscar soluções. Cuidar para que as sementes e a biodiversidade não desapareçam. É preciso propor às juventudes que recuperem as matas e as serras, e cuidem do que há com o apoio da comunidade, e resgatando a memória com os velhos, bem como conhecer bem o território e participar das assembleias. O amor pelo território é melhor incutido na infância. Como vamos puxar os jovens, se eles não foram crianças no campo? Temos que reconhecer o problema e corrigi-lo. O campo deixou de ser um lugar para se viver bem. É necessário fazer uma luta para recuperar a dignidade do campo.

Com o enfoque urbano-industrial, acabaram-se as brincadeiras, pipas, piões e a parte mais lúdica de ser camponês. Os mais velhos dizem, vamos recuperar a floresta, a *milpa* e as crianças.

Da mesma forma, desde a Revolução Verde nos anos 50, os jovens começaram a sair, mas estão voltando, ou nem todos estão saindo. Os jovens compreensivos dizem: devemos parar de desqualificar e culpabilizar jovens ou velhos. Temos que ver como resolvemos o problema, nos reunimos em reuniões e assembleias, pais e mães temos desprezado nosso trabalho, e por isso os jovens não o reconhecem como algo importante, a modernidade seduz os jovens e os velhos

e isso nos separa: máquinas, agroquímicos, celulares e outras coisas que vêm de qualquer lugar.

Tendo profissão há um salário médio e eles saem como empregados, abandonam a parcela. Às mulheres não nos deixam ir aos campos e aos homens sim. Nós as jovens pensamos que fora da sua parcela são lugares onde nada faz sentido, porque não é o meu lugar, mas na minha comunidade eu não posso ser eu mesma. Temos que repensar os papéis das pessoas na agricultura e na vida rural.

Filhas, filhos, podem dignificar a vida no campo de onde estiverem, basta mantê-los pendentes na defesa do campo e da vida digna. Mantê-los na luta é uma forma de mantê-los por perto. Se não demos responsabilidades às e aos jovens, eles não sentem que têm de fazer alguma coisa, por isso desde pequenos podemos convidar as crianças a trabalhar na *milpa*, para que tomem carinho pela terra, e permitir que experimentem com parcelas agroecológicas, orgânicas e tradicionais, porque certamente se as colocarmos a usar produtos químicos faríamos muito mal a elas.

Outro problema é que a educação está completamente desfocada da problemática ambiental, alimentar e camponesa, e é urgente resolver isso desde as etapas iniciais até a universidade. Onde a capacitação tecnológica está sendo priorizada na área rural como consumidores de componentes eletrônicos para as diversas funções do âmbito do agronegócio, como sensores, irrigação automatizada, lâmpadas e tudo que compõe a atividade agropecuária digital ou inteligente.

As e os jovens apresentaram suas denúncias e é obrigatório considerá-las. As agendas da mudança climática e alimentar para 2030, 2060 e até 2100, se tiverem algum futuro, é com essas crianças rurais que estão em condições adversas, tentando denunciar e propor a partir de sua visão e cosmovisão alternativas. Por isso é importante continuar abrindo espaços para eles em suas próprias escolas e comunidades, nas feiras de produtores, nos parques, em suas próprias casas, e que os adultos larguem seus celulares para abrir um diálogo verdadeiro, e resgatar a dignidade com crianças e jovens do campo, que têm nas mãos o futuro da humanidade. 🌱

A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:
www.grain.org/biodiversidad e em www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por treze organizações e movimentos ativos na região:

GRAIN (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accioneologica.org>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org e www.redanafae.com)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas na defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação.

Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista

Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a

Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página: [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad)

[Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad)

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

info@biodiversidadla.org

